

**Questão ambiental e a
construção de outro
metabolismo social:
contribuições e desafios aos
movimentos indígenas e
camponeses**

*Environmental issue and the construction
of another social metabolism:
contributions and challenges to indigenous
and peasant movements*

Mônica GROSSI¹

Expressamos inicialmente nossa satisfação de participar deste debate com François Houtart, que tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente em junho de 2012, por ocasião da *Cúpula dos Povos*, organizado pela sociedade civil no aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, como um encontro paralelo e contraposto ao evento oficial da Rio +20. Pudemos conversar sobre a questão ambiental, a perspectiva do capitalismo verde, que se impôs na Rio +20, e a contraposição explicitada pelos movimentos campe

¹ Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil). E-mail: <monica.grossi@hotmail.com>.

sinos e indígenas na Cúpula dos Povos, que foram questões tratadas posteriormente no ensaio enviado por Houtart para a revista *Temporalis*, que também trazemos para este debate.

Consideramos que Houtart, juntamente com outros intelectuais, dentre os quais destacamos, aqui no Brasil, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, vem nos trazendo reflexões profundas sobre as potencialidades e os desafios impostos aos sujeitos coletivos, particularmente aos movimentos sociais camponeses e indígenas, contra a hegemonia do capitalismo, que se sustenta e se aprofunda a partir da exploração das forças da natureza e do trabalho.

Pretendemos trazer para este debate, que tão bem nos mostra a existência e a resistência dos Zapatistas, algumas reflexões sobre a relação entre a questão ambiental e as lutas sociais travadas por sujeitos coletivos das classes subalternas, neste contexto atual de crise estrutural do capital, que impõe a necessidade de construção de outro metabolismo social, onde a análise das contribuições e desafios a estes sujeitos se coloca não só como relevante, mas como indispensável neste momento histórico.

Destacamos a importância de resgataremos neste debate a tradição marxista, como uma importante chave teórica e metodológica, para compreendermos a afirmação do capitalismo e a relação

entre sociedade-natureza construída sob este imperativo, para a necessária e urgente construção de alternativas a este modo de produção e dominação da sociedade atual. Partimos de Marx (1983) e da necessária atualização de sua análise para a contemporaneidade do capitalismo, imerso numa crise não mais cíclica, mas estrutural e terminal, conforme nos mostram Mészáros (2006, 2007, 2008) e Foster (2005, 2013), dentre outros.

Teceremos algumas notas sobre os zapatistas estabelecendo um diálogo a partir do texto base deste debate, de outras produções de Houtart (2011, 2012), e de documentos elaborados pelos zapatistas (FRENTE ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1997), buscando destacar: a dimensão internacionalista das lutas sociais e da luta zapatista, sua forma de compreensão e construção da política e do exercício do poder; suas concepções e práticas relacionadas à natureza, que expressam o legado zapatista para a construção de alternativas que se direcionem para outro metabolismo social.

Consideramos indispensável atentarmos para a existência, resistência e posicionamento político de sujeitos coletivos das classes subalternas, que historicamente vêm expressando outra relação com a natureza, tendo, portanto, várias lições a nos legar para a construção de uma nova sociabilidade.

Crise do capital, crise civilizatória e o metabolismo social do capital: dominação e mercadorização da natureza e

dos conhecimentos tradicionais indígena-campesinos

Vivemos neste momento histórico uma crise civilizatória e a questão ambiental mostra suas conexões com este processo, através das mais diversas formas de degradação ambiental, do esgotamento de recursos naturais e dos mais perversos efeitos para a humanidade, e de maneira especial, para as classes subalternas. Esta crise civilizatória, de onde deriva a chamada crise ambiental, nos impõe o questionamento da racionalidade e dos paradigmas teóricos que sustentam o crescimento econômico atual, que nega o valor intrínseco da natureza e da vida humana, demonstrando, segundo Mészáros (2006, 2007, 2008), a perda do caráter civilizatório do capital.

Todo o processo de desenvolvimento do capitalismo internacional e das sociedades humanas está atravessado por contradições que vêm sendo questionadas por diversos sujeitos políticos, que também constroem estratégias de resistência à voracidade do capital e do mercado, os quais tentam subjugar as sociedades nacionais, a vida humana e o conjunto de bens ambientais.

Consideramos que o conhecimento e a potencialização das lutas travadas por sujeitos coletivos das classes subalternas tornam-se elementos fundamentais para que possamos construir alternativas à hegemonia do que Mészáros, (2006) com base em Marx (1983), chama de metabolismo social do capital.

Partimos de Marx (1983) destacando os conceitos de metabolismo social e de falha metabólica, para estabelecer sua relação com a análise contemporânea do capital realizada por Mészáros (2006, 2007, 2008). Também nos apoiamos em Foster (2005, 2013) que nos traz uma análise profunda e atualizada do pensamento de Marx e sua intrínseca relação com a questão ecológica. Para Foster (2013), a crise ecológica planetária atual para ser devidamente dimensionada, não pode prescindir da crítica marxista do capitalismo, tendo em conta que sua afirmação, desde o início, se constituiu como um sistema de invasão da natureza e da riqueza pública.

Afirmamos neste debate que nossa compreensão sobre a questão ambiental se relaciona à desigualdade das classes no acesso aos bens ambientais e na repartição dos efeitos perversos da destruição ambiental, demarcando contradições estabelecidas pelo capitalismo na relação entre sociedade e natureza. Nosso posicionamento político se pauta na defesa do caráter coletivo dos bens ambientais, como indispensáveis à vida humana e à sua reprodução, onde a questão do acesso a estes bens se constitui num direito público e universal.

Foster (2005) considera que, para Marx (1983), o conceito de metabolismo social se coloca como ponto de partida do método do materialismo histórico expressando a relação sociedade e natureza, a partir de aspectos da existência humana como ser natural e social, pois

este metabolismo é regulado tanto por leis naturais, que regem as trocas de energia e materiais, entre os seres humanos e a natureza, como pelas regras sociais, que comandam a divisão do trabalho, a produção e a distribuição. Portanto, há determinações naturais e sociais, que resultam da forma de estabelecimento das relações sociais com a natureza.

Marx (1983) nos ensina que o metabolismo social se expressa como condição universal de qualquer sociedade humana que se realiza através do processo de trabalho, em que o homem transforma a natureza externa para a produção de suas necessidades, transformando ao mesmo tempo, sua natureza interna. Todo este processo que envolve a ação e o efeito sobre a ação humana está condicionado pela forma como se estabelecem as relações sociais.

Com o conceito de falha metabólica, Marx (1983) analisa que, sob o domínio do capital, este metabolismo social sofre uma falha que se explica pela separação dos produtores diretos de suas condições materiais e culturais de produção de necessidades vitais, como a produção de alimentos. O processo de mudanças operado pelo capitalismo iniciado com os cercamentos dos campos e com a privatização e concentração da terra, provocou o deslocamento da população rural para as cidades ampliando a população urbana estabelecendo a base para a divisão antagonista entre campo e cidade. Para Marx (1983) o desenvolvimento da agricultura capitalista se revelou como exem-

plar nesta relação, expressando a falha metabólica causada pelas práticas direcionadas para o aumento da produção e pelo transporte de alimentos e fibras (junto com toda riqueza e fertilidade da terra) para os mercados urbanos, que se expressa tanto como um sistema de perturbação como de roubo da terra, uma vez que os elementos da terra além de não serem restituídos ao campo acabam gerando lixo e doenças nas cidades, rompendo com as condições naturais essenciais para a reprodução do solo.

Consideramos que a análise do capital, através da compreensão do metabolismo social do capital, realizada por Mészáros (2006, 2007, 2008), representa uma importante contribuição para o redimensionamento da questão ambiental contemporânea. A relação que este autor estabelece entre a crise sistêmica do capital, que considera estrutural a partir dos anos de 1970 e, a chamada crise ambiental, aponta para a questão dos limites absolutos do sistema do capital. A utilização da taxa de uso decrescente (TUD), na produção destrutiva do capital, e sua relação com os problemas sociais e ambientais, são reflexões indispensáveis para a compreensão da crise estrutural do capital e da questão ambiental, numa perspectiva marxista.

Mészáros (2008, p. 133) problematiza que “ [...] a viabilidade histórica do capital está seriamente afetada, no sentido negativo do termo, não somente pelos limites absolutos do sistema, mas também pela sua completa incapacidade

em admitir a existência de qualquer limite”. Para este autor, o dimensionamento e a evidência destes limites absolutos se devem às seguintes questões: a) o horizonte de tempo do capital é de curto prazo sempre direcionado pelo objetivo de lucro imediato; b) este horizonte de tempo se relaciona com a postura do capital que só age depois de causar dano, adotando de maneira limitada, métodos corretivos; c) como resultado destas duas determinações apresentadas, qualquer tipo de planejamento que amplie estes horizontes temporais se apresenta como inconciliável com o capital; d) no sistema do capital, a relação entre causa e efeito está estruturalmente viciada; e) a eternização de uma ordem historicamente específica e única, como se estivesse acima da história.

Esta lógica perversa apresenta, conforme Mészáros (2008, p.137), uma dupla consequência destrutiva, que se manifesta no plano econômico, à medida em que este imperativo de ampliação do capital se apresenta como um crescimento canceroso e negligente em relação às condições elementares de salvaguarda da existência humana, através da destruição do meio ambiente; e no plano político militar, em razão de sua importância para o exercício da dominação monopolista.

Harvey (2004) analisa os processos atuais de expropriação no novo imperialismo, que vem atuando em dois sentidos: como forma de desapossamento não só dos meios de vida e de produção, mas também da cultura e

saberes para a realização de valor e como forma de resgate da terra e, portanto, da natureza, que antes estava na mão dos camponeses. Para este autor, a expropriação de terras camponesas ocorrida na Inglaterra no período da acumulação primitiva, através da violência em si, não se restringiu apenas a este período, mas prossegue na atualidade, muitas vezes revestida de outros mecanismos de dominação. Neste período do capitalismo neoliberal, esta relação denominada pelo autor citado, como “acumulação por despossessão” recai principalmente sobre os camponeses, os indígenas e os bens ambientais que continuam a sofrer com as ofensivas cada vez mais ampliadas do capital.

Consideramos importante pontuar a discussão trazida por Diegues (2001) sobre “o mito moderno da natureza intocada” e por Porto-Gonçalves (2002) sobre “latifúndios genéticos”, para problematizarmos que uma das estratégias do capital tem sido a criação de “espaços reservados” para a “preservação” de suas condições de reprodução.

De acordo com Diegues (2011), o preservacionismo se materializa através da constituição de espaços naturais reservados, como unidades de conservação e reservas biológicas, que estão sendo utilizados não só para o turismo ecológico, para aqueles que possam pagar por isso, mas principalmente para servir como laboratórios de pesquisa científica e reserva de recursos naturais, muito valiosos para as indús-

trias química e farmacêutica. São riquíssimas fontes de biodiversidade que, segundo Porto-Gonçalves (2002), se constituem como verdadeiros “latifúndios genéticos”, que expulsam as populações moradoras e detentoras de um saber específico sobre a biodiversidade, construído com e não contra a natureza.

Para Porto-Gonçalves, (2002, p. 11)

Tentar criar unidades de conservação ambiental a pretexto de proteger a biodiversidade, expulsando povos e suas culturas que co-evoluíram com os ecossistemas é desconhecer [...] sua contribuição para toda humanidade e o planeta. Assim, insistimos, dá-se sobrevida a um paradigma que já demonstrou seus limites, criando unidades de conservação onde natureza e cultura se excluem. Na verdade, introduzem na vida dessas populações[...] uma dicotomia homem e natureza que jamais fez parte de suas vidas[...]. não existe expressão mais apropriada do que essa – latifúndio genético- pois se trata de constituir grandes áreas demarcadas a pretexto de pesquisa científica ignorando todo saber construídos por essas populações que habitam esses ecossistemas.

Reforçamos a posição defendida por Porto-Gonçalves (2002, 2005) sobre a magnitude do desafio ambiental contemporâneo e do protagonismo de sujeitos coletivos, considerados por mui-

tos como fadados ao desaparecimento, como os camponeses e indígenas, que emergem dos mais improváveis lugares, afirmando que a natureza volta a ter centralidade na luta política, e impõe sérios desafios a estes sujeitos na construção de lutas conjuntas contra estes processos de expropriação e mercadorização da natureza e do conhecimento.

Estas questões nos instigam a discutir o movimento zapatista, seu processo de desenvolvimento, de resistência, sua forma de conceber e construir a política e o poder, destacando seus desafios e contribuições à constituição de outro metabolismo social.

Sobre política, poder e a construção de outro metabolismo social: notas sobre os zapatistas

Nossa reflexão sobre os zapatistas na sua forma singular de construção do poder tem como referência alguns elementos da perspectiva de política em Gramsci (2001) que com suas reflexões e proposições, trouxe uma rica contribuição à análise da realidade contemporânea, no sentido de conceber a política para além dos espaços institucionalizados, como partidos e parlamento. Sua produção tem a singularidade de pensar como fazer política e como esta se instala na sociedade civil. Por isso, advertia sobre a insuficiência da conquista do poder político, do topo do poder do Estado, para a necessária mudança social. Era preciso, antes, que determinada classe social, que se pretenda dirigente e dominante, já tenha,

no interior das disputas na sociedade civil, conquistado e consolidado várias mudanças, através da disputa de valores e da formação de consenso para a construção da hegemonia, onde se destaca o papel dos intelectuais como produtores deste consenso.

Semeraro (2003, p.262), analisando o processo de autoconstrução de sujeitos dirigentes, destaca que Gramsci subverte a concepção corrente de política-potência, afirmada a partir do uso da violência, e mostra que as classes subalternas, podem se utilizar de outro tipo de armas para conquistar a hegemonia.

[...] o distanciamento crítico da realidade, a formação de sua autonomia pela ação política, a representação de si pela criação de uma cultura própria, a participação ativa na construção de um projeto popular de democracia articulado com forças nacionais e internacionais.

Neste contexto de crise do capital destacamos a indispensável retomada da perspectiva internacionalista das classes trabalhadoras, expressa na articulação concreta de diversos sujeitos coletivos em torno da solidariedade e das lutas conjuntas contra o capital, que afirma seu domínio em nível internacional. A solidariedade internacional através de apoio material sempre foi uma inequívoca demonstração da capacidade dos trabalhadores e povos de exercerem seu papel de classe.

No entanto, vários desafios se impõem aos trabalhadores organizados através de sujeitos coletivos como o Zapatista, que se referem à necessidade de construção da consciência, identidade e prática de classe, no sentido do diálogo e da articulação das lutas locais com as lutas globais, que acumulem experiências e resultados concretos de construção conjunta de instrumentos de alcance internacional.

Neste sentido, a criação de organizações, como a Via Campesina, é parte deste movimento internacionalista da classe trabalhadora que vem sendo fortalecido neste novo milênio, como fruto de um processo de amadurecimento, aproximação, solidariedade, e particularmente de aprendizados coletivos através de lutas conjuntas. Como exemplo, temos a aproximação entre os zapatistas e a Via campesina em torno de seu caráter rural, expresso fortemente na

produção de uma agricultura orgânica, através do intercâmbio de experiências e de formação técnico-política com diversas organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST do Brasil).

Esta construção coletiva implica, necessariamente, na defesa de valores muito caros à organização da classe trabalhadora, tais como a necessidade de ampliar o nível de educação e formação, tanto da base como dos quadros da militância, o intercâmbio de experiências e a realização de ações solidárias, que têm sido fundamentais para o fortalecimento das lutas em conjunto diante dos enfrentamentos que se colocam em nível internacional.

Neste combate, a defesa dos bens ambientais se torna estratégica para o fortalecimento das lutas em torno da soberania alimentar, onde a luta pelo controle das sementes vem se constituindo num campo de articulação, especialmente para os sujeitos coletivos como os zapatistas, que possuem o desafio concreto de construção de outro modelo produtivo, que impõe um confronto aberto com o agronegócio, responsável pela violência, exploração e expulsão de camponeses e indígenas em todo o mundo.

É importante pontuar, conforme nos mostra Houtart(2013) que o levante zapatista de 1994 foi gestado desde os anos de 1980 e se apresentou como resultante da síntese de grupos revolucionários (muitos sem origem rural e com experiências de lutas urbanas)

com as comunidades indígenas, guerreiras históricas contra a desigualdade e discriminação, que tomam uma posição inequívoca de luta contra a sociedade capitalista dominante, claramente representada pelo Estado mexicano.

Esta posição é explicitada no levante de 1 de janeiro de 1994, que correspondia à data de início de vigência do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre o México e os Estados Unidos (NAFTA). Dentre as várias implicações deste acordo, destacam-se as transformações a serem operadas na agricultura que ficaria absolutamente dominada pelos interesses das classes dominantes, incluindo setores da elite nacional, mas sob o comando do capital internacional, representado pelas empresas transnacionais do agronegócio. Outra questão importante é que este acordo vem coroar todo um processo de ampliação da concentração de terras que vinha sendo operado no México, tendo como ponto central, a revogação em 1992, de um artigo da Constituição relativo à reforma agrária, tendo nefastas consequências para as comunidades indígenas que passam a ser mais gravemente ameaçadas em seus territórios.

Chamamos a atenção para a clara relação entre a luta zapatista com a histórica questão agrária, que em nosso entendimento, não pode se desvincular da questão ambiental, em razão da indissolúvel relação com o acesso, domínio e uso da terra, que é um bem ambiental essencial à vida humana, que se torna propriedade privada e mercado-

ria sob o domínio do capital. Neste sentido, os desafios enfrentados pelos zapatistas no desenvolvimento de seus territórios, evidenciam sua forma de ocupação e produção na terra que se relaciona com a defesa da reforma agrária a partir de sua concepção e forma de convívio com a natureza. A correlação que fazemos entre questão ambiental e o movimento zapatista se referem aos desafios concretos assumidos desde o início, sob a liderança do EZLN, de desenvolver a produção material de sua existência humana se contrapondo à lógica de acumulação capitalista dominante, conforme nos mostra Houtart (2013).

A propriedade privada da terra para a produção agrícola foi abolida de seus territórios, que se ampliaram com o resgate de terras indígenas coletivas. A conquista e defesa destes territórios implicaram na necessidade de organização da produção coletiva da agricultura através de cooperativas não só de produção e comercialização de produtos, mas também de serviços, como o de transporte coletivo. A autonomia é afirmada como um dos princípios fundamentais dos zapatistas, que se expressa na organização da economia das cidades rebeldes, resguardadas por quartéis e pelo exército, e em formas de governo alternativas ao padrão mexicano. A organização social, produtiva e política dos zapatistas com base na participação coletiva, através da democracia direta, nos mostra o desafio assumido na construção de outra forma de exercício do poder

voltado para a gestão mais democrática do território.

Consideramos importante pontuar que o movimento zapatista se constitui como um sujeito que se pauta, defende e constrói outra relação com o espaço e tempo antagônicos ao padrão capitalista dominante, tornando exemplar a estruturação dos 'caracoles' como resultado concreto de sua capacidade de desenvolver outra forma de organização, baseada no trabalho coletivo e voluntário, mantido pelas próprias comunidade, sem nenhum tipo de apoio do Estado (financeiro, administrativo). A referência que Houtart (2013) faz aos caracoles como símbolo do tempo cíclico em contraposição ao tempo linear do capital, para designar o espaço onde se concentra a unidade administrativa do governo zapatista, e os serviços de saúde, educação e justiça, ultrapassando a dimensão dos municípios, nos dá a dimensão de um dos instrumentos que expressam a materialização de sua experiência de luta.

Os documentos de fundação do movimento zapatista (FRENTE ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1997) afirmam que a salvaguarda do meio ambiente que garanta vida digna para todos os seres humanos, passa, em primeiro lugar, pela compreensão de que há uma unidade e ao mesmo tempo uma dependência entre o homem e a natureza. Nesta direção, o uso equitativo (coletivo) dos recursos naturais, considerando a conservação da diversidade ecológica de acordo com a racionalidade dos povos indígenas e

campesinos, ou seja, a partir da compreensão da natureza da qual os seres humanos fazem parte, são elementos essenciais para a sobrevivência do planeta e da humanidade. A busca pela soberania sobre os recursos naturais com a autogestão das comunidades sobre o uso destes bens coletivos, com base nos seus conhecimentos ancestrais sobre a capacidade dos ecossistemas, mesmo que restrita à dimensão local se contrapõe ao domínio atual feito pelas empresas transnacionais, expresso pelos processos de privatização e mercadorização da natureza que mencionamos anteriormente. A defesa que os zapatistas fazem do meio ambiente expressa não apenas uma visão de mundo singular, mas também antagônica ao capitalismo.

Houtart (2013) fala de elementos que apontam para uma determinada síntese entre os conhecimentos tradicionais e o marxismo, nas concepções e formas de ação dos zapatistas. Nos aliamos à perspectiva defendida por este autor que afirma este aprendizado mútuo entre o marxismo e os conhecimentos ancestrais como uma característica deste sujeito que tem muito a nos ensinar. Consideramos que esta concepção ampla de natureza que não se dissocia da cultura é algo muito cara ao pensamento marxiano, que nos mostra que o homem é parte da natureza e que o trabalho materializa a manifestação das forças naturais do homem.

Outra questão que destacamos na organização sócio-política deste sujeito é o significado que é dado aos processos de educação e formação política de seus quadros, onde a Universidade da Terra se sobressai, inclusive com a grandiosidade de sua dimensão com capacidade de abrigar em um auditório cerca de 1000 pessoas. Dentre as iniciativas desta universidade destacam-se a formação de jovens em agricultura, economia local, cooperativismo, análise social e política, e a organização de reuniões e eventos internacionais.

Cabe problematizar que a questão ambiental demonstra uma disputa entre modelos de organização social e de exploração dos recursos naturais, onde a perspectiva do capitalismo verde atualmente hegemônica se apresenta, através de um recurso ideológico, como a melhor compreensão e ação sobre a realidade. Neste sentido, o preparo para a disputa no campo cultural, como nos ensina Gramsci (2001) se impõe como grande desafio para as classes dominadas, que se revela como exemplar no caso zapatista. A preparação cultural, educacional que fortaleça as classes subalternas para a disputa de posições hegemônicas torna-se elemento essencial para a legitimação popular, pois corresponde à necessária construção coletiva que ocorre neste processo de formação da consciência desenvolvido na luta política.

Gramsci (2001) lega às classes subalternas a necessidade de investimento na batalha de idéias, desenvolvendo

para além da propaganda e da agitação, o processo de formação política, de formação da consciência, da cultura, não como uma etapa a ser feita antes ou depois da revolução, mas como parte constitutiva deste processo revolucionário. Na perspectiva teórica elaborada por Gramsci (2001), é importante demarcarmos que, no contexto das sociedades ocidentais, onde sociedade civil e a sociedade política, como esferas societárias de poder, se apresentam em interconexão, a estratégia de luta e de superação das relações materiais de uma dada realidade social, no caso, a sociedade capitalista, deve estar diretamente vinculada ao que ele chamou de “guerra de posição”, ou seja, uma luta prolongada no tempo, travada num espaço social amplo e heterogêneo, que inclui, necessariamente, mais de uma frente simultânea, com avanços e retrocessos parciais e contínuos. Sendo o desenvolvimento da guerra de posição um processo de luta de laboriosa construção, os sujeitos devem ter consciência, antes de decidir a forma, que a escolha das estratégias se pauta pela definição de uma intencionalidade.

A defesa dos direitos territoriais feita pelos zapatistas, a partir de sua resistência local, se coloca como um exemplo histórico de luta que precisa ser compreendido e dimensionado como um dos elementos da construção do internacionalismo das lutas sociais, onde a disputa de posições na sociedade civil se faz necessária.

Houtart (2013) nos mostra que esta dimensão internacionalista das lutas sociais se encontra na ação dos zapatistas, que afirmam seu caráter anti-sistêmico em oposição e resistência ao neoliberalismo, a partir da clareza de que o capitalismo é uma realidade mundial que precisa ser combatida e superada. A defesa da 'Terra-mãe' para a tradição indígena zapatista é um dos maiores elementos que trazem força ao questionamento do tempo lógico do capital em contraste com os tempos da natureza.

Houtart (2011, 2012, 2013) vem trazendo a este e a outros debates, contribuições à necessária construção de lutas unitárias dos setores dominados que reúnam elementos em torno da luta anti-capitalista, contemplando a edificação de outra sociedade, através de questões relacionadas ao bem comum da humanidade, que na tradição indígena é chamado de "Bem Viver" ou Sumak Kawsai. Para este autor, a vida coletiva é constituída de quatro elementos de base, que são parte de toda vida em sociedade, desde as mais antigas até as mais contemporâneas: a relação com a natureza; a produção da base material da vida; a organização social e política coletiva; e a leitura do real como auto-envolvimento dos sujeitos na sua construção da cultura. Estas reflexões encontram correspondência com a construção do socialismo do século XXI, onde as alternativas passam:

Pelo reconhecimento do esgotamento da dimensão civilizatória do capitalis-

mo tendo em conta, principalmente o custo de sua manutenção sobre o planeta que vem eliminando suas próprias condições de reprodução, ameaçando de morte a sobrevivência humana;

Pela necessária (re) construção das bases materiais da vida física, cultural e espiritual de todas as pessoas no planeta, implicando numa revolução na concepção de economia;

Pela luta em torno da democracia para além da sua dimensão participativa que ainda se funda numa relação desigual entre homens e mulheres;

Pela retomada dos vínculos com a terra e a natureza, onde seja resgatado o sentido de pertença à natureza e o sentido de coletividade, onde os ensinamentos indígenas se mostram como exemplares.

Consideramos que estas referências se aproximam e se somam a outras contribuições da tradição marxista, onde se destacam as produções de Marx (1983) e Mészáros (2006), conforme nos mostram Foster e Clark (2010), que encontram nestes autores uma síntese na afirmação de uma teoria de transição para um sistema sustentável de reprodução sociometabólica, onde a luta pela igualdade substantiva está intimamente relacionada com a luta pela sustentabilidade ecológica. Nesta construção, a igualdade substantiva se coloca como essencial para a ruptura do isolamento social e da alienação constitutivos das relações sociais capi-

talistas, e a sustentabilidade ecológica requer a ultrapassagem da alienação em relação à natureza.

Para Foster e Clark (2010), nesta visão dialética e universal proporcionada por Meszaros (2006), a luta por um sistema de metabolismo social e ecológicamente viável, é indissociável de um processo revolucionário de amplo alcance, requerendo ainda para sua constituição, o controle social, considerado como elemento essencial para consolidar as transformações necessárias à constituição de uma ordem metabólica socialista. Estes autores ao discutirem a luta pelo socialismo neste século XXI, a partir de Marx e Mészáros, destacam que o “triângulo elementar do socialismo” se constitui de: 1- propriedade social; 2- produção social organizada pelos trabalhadores e 3- satisfação das necessidades comunais, e está diretamente relacionado com o que pode ser denominado “triângulo elementar da ecologia” que abrangeria: “1-uso social da natureza e não propriedade privada sobre a natureza; 2- regulação racional do metabolismo entre seres humanos e natureza pelos produtores associados; e 3- a satisfação das necessidades comunais – não apenas da presente, mas também das futuras gerações. Assim, para os autores estes triângulos se encontram e se fundem num só.

É importante ressaltarmos o destaque que os autores dão à reflexão sobre os elementos necessários para a construção do socialismo, onde a contribuição de Meszaros (2006) é incisiva na defesa

de que o alcance de uma relação mais ecológica é parte indispensável e até mesmo definidora, mesmo que seja apenas uma parte, da construção de uma nova ordem social qualitativamente nova voltada ao atendimento das genuínas necessidades humanas. Assim, a falha no metabolismo ecológico exige que a falha no sociometabolismo seja superada.

Considerações Finais

Podemos afirmar que a mensagem zapatista expressa com clareza o antagonismo de mundos que de fato está posto, e este confronto se faz presente de diversas formas. A referência ao silêncio e ao barulho, e ao afundamento e ao ressurgimento de mundos distintos, na mensagem zapatista do primeiro dia da era Maya (21 de dezembro de 2012) e também do alardeado dia do fim do mundo, nos chama a atenção para a forma de luta deste sujeito. Isto evidencia a capacidade de organização, disciplina e de ação surpreensiva, que se realiza de modo pacífico e emblemático, onde o silêncio de sua marcha com 40.000 pessoas, manifestava sua marcante presença.

A importância da luta zapatista se dá a partir da construção concreta de outra forma de sociabilidade, baseada numa visão profunda da natureza, em valores de solidariedade e no convívio a partir do compartilhamento de responsabilidades. A descrição que fazem de seu território de conquistas envolve

questões da maior relevância, como a eliminação do narcotráfico, a redução quase total do alcoolismo e a edificação de escolas de base, nos levando a concluir que o exemplo de luta Zapatista, analisado por Houtart (2013), mostra que a forma de organização deste movimento possibilitou a criação de instrumentos reais para o exercício cotidiano de práticas democráticas.

A natureza como mercadoria e campo de acumulação do capital impõe o desafio de construir novos parâmetros de existência coletiva dos seres humanos no planeta. Os fundamentos desta nova sociabilidade não podem prescindir das necessárias mudanças na relação da sociedade com a natureza, destacando a terra como elemento central de suporte material e simbólico da vida social. Neste sentido, se ergue um duro combate à privatização e mercadorização dos bens ambientais que são indispensáveis à vida humana na terra, onde as experiências de lutas, como as dos zapatistas, têm muito a contribuir.

Em concordância com Foster (2013), consideramos que a defesa de outra ordem social metabólica contra a destrutividade fatal do capital, constitui-se num imenso desafio ao conjunto das classes subalternas, onde a luta pela igualdade substantiva e pela sustentabilidade ecológica ocupa lugar central para a perspectiva de revolução a ser construída.

Referências

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras: USP, 1996.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política de Marx. **Revista O Comuneiro**, Lisboa, n.16, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr16_02_johnbellamyfoster.html>. Acesso em: 5 jun. 2013.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 14, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.1.e v.3.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOUTART, François. **De los bienes comunes al bien común de la humanidad**. Fundación Rosa Luxemburgo, Roma, 2011.

HOUTART, François. La cumbre de los pueblos, Rio + 20 y el bien común de la humanidad. **Revista Temporalis**, Bra-

sília (DF), ano 12,v.2,n.24,p.435-443, jul./dez. 2012.

HOUTART, François. Os Zapatistas ainda existem. **Argumentum**, Vitória, v. 5, n. 1, jan./jun. 2013. Nesta edição da revista.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. A desigualdade social crescente, as classes sociais e as formas de organização social. In: MENEGAT, Marildo et al. (Org). **Dilemas da humanidade**: diálogo entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. Conferência Internacional realizada entre 22 e 24 de julho de 2004, no Rio de Janeiro. Promotores: MST, UFRJ, FSS/UERJ.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O latifúndio genético e r-existência indígena-campesina. **Revista Geographia**, Niterói, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A natureza da globalização e a globalização da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Torna-se “dirigente”: o projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.261-74.

FRENTE ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. **Documentos aprovados no Congresso de Fundação**. In: ZAPATISTAS, o que pensam e o que querem - nodo 50. México, 1997. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo>>. Acesso em: 28 jun. 2013.